

ANO XLVIII

JOÃO PESSOA — Quinta-feira, 7 de novembro de 1940

NUMERO 249

AS COMEMORAÇÕES DO DÉCIMO ANIVERSÁRIO DO GOVERNO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

PROSSEGUÍRAM, ONTEM, EM TODO O BRASIL, AS HOMENAGENS AO GRANDE CHEFE DA NAÇÃO

PELO microfone da Rádio Tupici, *ras* contínuaram, ontem, as palestras que estão sendo realizadas, em comemoração ao décimo aniversário do governo do presidente Getúlio Vargas.

Foram irradiadas as palestras do dr. Octávio Albuquerque, diretor do Liceu Parabiano e do sr. José Ramalho da Costa, presidente do "Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e João Pessoa", as quais publicamos na presente edição.

A palestra de hoje, no meio dia, é a cargo do quinquentista de Liceu Parabiano, José Gomes, representante da mocidade gaúcha e da juventude confiada do jovem Colégio, presidente da Ordem dos Advogados, e figura de destaque das nossas círculos intelectuais.

Amanhã, ocupará o microfone a nova emissora, o sr. Joaquim Peres, do Liceu Parabiano, que falará sobre o mês de novembro, e o dr. João Santos Coelho, em nome da RONTRALISMO, estará à noite.

No sábado, falarão os srs. Delfim Costa e dr. José Mousinho, representantes das classes profissionais.

A série de palestras terá encerrado com o discurso do tenente-coronel Adriano Marzzi, comandante do 22.º B. C., que ocupará o microfone de P.R.L. às 19.30, do domingo devendo restando, no meio dia, a RONTRALISMO.

Sindical dos Operários das Indústrias de Oleo e Sabão: Constantino dos Santos.

Sindical dos Trabalhadores em Cinema, Gastronomia e Petróleo: sr. José de Sousa do "Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Similares de João Pessoa", e Olívio Magalhães, presidente do "Sindicato dos Bancários".

A CONTRIBUIÇÃO TRABALHISTA

Por iniciativa do dr. Domingos Teixeira, diretor do Ministério do Trabalho, foi organizada a comemoração dos sindicatos profissionais as comemorações do decenário histórico. Fazendo trâmite o seguinte programa, que será cumprido no dia 10:

— Missa gratidão.

Em seguida, haverá a inauguração da Rádio Tabajara, falando sobre o dia os srs. José de Sousa do "Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Similares de João Pessoa" e Olívio Magalhães, presidente do "Sindicato dos Bancários".

Às 19.30, no auditório da Federação Regional do Ministério do Trabalho, falarão sobre o dia o dr. Octávio Albuquerque, professor entusiasta, e o sr. Leônidas da Cunha, presidente da Rondônia.

— Parabéns.

Do ato revolucionário de 1930 nasceu o Estado Novo.

Para o golpe de 10 de novembro de 37, muito contribuiram os que, por todos os modos, combateram a velha e caça imperialista.

Naquele dia, o Brasil administrativo, mostrando ao País as faíscas e os artifícios do antigo regime, descorvou a alma da Nação, mistificando as nossas famosas forças eleitorais, alriando alienores em que se escravizavam as instituições então vivas.

Todos, de sô a surra, conhecem o papel que a Parábia desempenhou naquelas dias memoráveis para a remodelação radical do cenário político brasileiro.

Subordinando as suas considerações ao senhor Getúlio Vargas e ao Senado Federal, o ilustre parabiano, dr. Octávio Albuquerque, proferiu ontem as seguintes palavras:

— Parabéns.

Do ato revolucionário de 1930 nasceu o Estado Novo.

Para o golpe de 10 de novembro de 37, muito contribuiram os que, por todos os modos, combatiam a velha e caça imperialista.

Naquele dia, o Brasil administrativo, mostrando ao País as faíscas e os artifícios do antigo regime, descorvou a alma da Nação, mistificando as nossas famosas forças eleitorais, alriando alienores em que se escravizavam as instituições então vivas.

Congratulações ao Dr. Octávio Albuquerque, dr. José Gomes, representante da mocidade gaúcha e da juventude confiada do jovem Colégio, presidente da Ordem dos Advogados, e figura de destaque das nossas círculos intelectuais.

— Parabéns.

DIÁRIO OFICIAL

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. J. DE BORJA PEREGRINO

DECRETO-LEI N.º 125, de 4 de novembro de 1940

Regras a aplicação da renda proveniente do imposto sobre exploração agrícola e industrial.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe confere o artigo 85.º, n.º IV, do Decreto-Lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1940,

DECRETA:

Art. único — O produto da arrecadação do imposto sobre exploração agrícola e industrial a que se refere o artigo 430, do Código Fiscal do Estado será aplicado no fomento de produção agrícola, revogadas as disposições em contrário.

João Pessoa, 4 de novembro de 1940, 52.º da Proclamação da República.

J. de Borja Peregrino
José Guimarães Duque
Miguel Falódo de Alves

(*) Reproduzido por haver saído com incorreções.

DECRETO-LEI N.º 126, de 4 de novembro de 1940

Alterna o quadro de funcionários da Imprensa Oficial.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Ley Federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, e

considerando que a Imprensa Oficial vem contraindo profissionais para os seus serviços fotográficos;

Considerando que essa desgraça pode ser reduzida com o aproveitamento do funcionário que no exílio Serviço de Divulgação e Propaganda do Departamento Estadual de Estatística exerce o cargo de Encarregado dos Serviços de Museu e Fotografia;

DECRETA:

Art. 1.º — Fica incluído no quadro do "Pessoal Fixo" da Imprensa Oficial o lugar de Chefe do Serviço Fotográfico, com os vencimentos de 9.600.000,00 anuais.

Art. 2.º — O presente decreto entrará em vigor a 1º de Janeiro de 1941.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 4 de novembro de 1940, 52.º da Proclamação da República.

J. de Borja Peregrino
Clóvis dos Santos Lima
Miguel Falódo de Alves

Interventoria Federal

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR
INTERNO DO DIA 4

(*) Decreto:

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear Orlando da Fonseca Palha para exercer o cargo de encarregado da Inspeção Geral do Trânsito Rodoviário da Guarda Civil do Estado, com os vencimentos que por lei lhe competirem.

(*) Reproduzido por ter saído com incorreção.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR
INTERNO DO DIA 5

(*) Decreto:

N.º 11.663 — Do bel. Arnaldo Lelé. — Indeferido, em face do parecer da Procuradoria da Fazenda.

N.º 19.650 — Do José Arnaud Formiga. — Aguarda oportunamente.

N.º 19.455 — De Cesária de Oliveira. — Indeferido, de acordo com os pareceres e informações

(*) Decreto:

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear Reziz Ferreira para exercer o cargo de servente do Pósto de Higiene da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve exonerar Wilson Santos Barros do cargo de servente do Pósto de Higiene da cidade de Cajazeiras.

(*) Reproduzido por terem saído com incorreções.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR
INTERNO DO DIA 6

Petição:

De José Daniel dos Santos, ex-soldado da Força Pública, requerendo devolução da nota de expulso constante de seus assentamentos. — Decretado. — Cancelou-se a nota de expulso do requerente.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve desfazer Lourival Moura, Damasceno Maciel e Edson de Almeida, a fim de assumirem os seus lugares, para efeitos de aposentadoria, o sr. Antônio Mário Dias, oficial de justiça na comarca de Arari.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve exonerar o sr. Urbano Ribeiro Bezerra das funções de adjunto de recebedor da Administração do Pósto de Cabeleiro, a bem do seu pedido.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear tenente Antônio Lima para exercer o cargo de delegado de Polícia do distrito de Bonito.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve exonerar o sr. Antônio Guedes da Palva do cargo de partidário e cordeiro-lei n.º 29, de 10 de abril do corrente ano.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve tornar sem efeito o ato que nomeou o sargento José Valério dos Santos para exercer o cargo de sub-delegado de Polícia da circunscrição de S. José, do distrito de Patos.

O Interventor Federal interino no

Estado da Paraíba resolve desfazer os drs. Lourival Moura, Damasceno Maciel e Edson de Almeida, a fim de assumirem os seus lugares, para efeitos de aposentadoria, o sr. Antônio Mário Dias, oficial de justiça na comarca de Aragênia.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear Maria Helena Guedes da Palva para exercer o cargo de capitão e conselheiro do Juiz de Comarca de Cajazeiras Grande, nos termos do decreto-lei n.º 29, de 10 de abril do corrente ano.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve tornar sem efeito o ato que nomeou o sargento José Valério dos Santos para exercer o cargo de sub-delegado de Polícia da circunscrição de S. José, do distrito de Patos.

O Interventor Federal interino no

Estado do Monteiro, para nomear o sargento José Valério dos Santos para exercer o cargo de delegado de Polícia da comarca de Aragênia.

A subordinação do Monteiro ao Estado é Indiscreta. A sua diretoria é composta de funcionários civis, em virtude dos cargos que ocupam e outros por nomeação do governo. O seu patrimônio é devido ao cumprimento obrigatório dos funcionários efetivos do Estado e da contribuição facultativa dos funcionários municipais e federais, que aqui trabalham.

Em última análise, é a própria administração estadual, que dirige a instituição através dos seus servidores.

A junta médica do Monteiro foi criada pelo decreto n.º 1.232, de 10 de Março de 1939, que assim dispõe sobre o assunto:

Art. 3.º — O funcionário efetivo que não estiver subordinado ao Monteiro e que temas ingressou no serviço público sem observância ao que dispõe o § 1º do art. 8.º da lei 127, de 22 de dezembro de 1923, fica obrigado a inspecção médica, devendo juntar o laudo respectivo ao pedido de exoneração.

Art. 4.º — O exame médico do que trata o art. anterior, será feito por uma junta especial nomeada pelo governo, a qual standerá os candidatos, quando encaminhados ao fim por intermédio da presidência do Monteiro.

Art. 5.º — Por cada exame o Monteiro paga à junta, a importância de 300.000, cobrando-o do candidato em 10 prestações, as quais serão exigidas pela forma como se procede quanto à jota e outras contribuições.

No conformato dos dispositivos legais existentes, a comissão médica de junta do Monteiro é um cargo público criado em lei, cujas titulações remuneradas pelo governo e remuneradas pelo Instituto. Pouco importa que o candidato depois reembolse o Monteiro da importância paga. E que, nem por isso, há qualquer relação entre a junta médica e o exame de saúde, tanto quanto o pagamento do exame é feito antes da realização da verificação.

Art. 6.º — Por cada exame o Monteiro paga à junta, a importância de 300.000, cobrando-o do candidato em 10 prestações, as quais serão exigidas pela forma como se procede quanto à jota e outras contribuições.

No conformato dos dispositivos legais existentes, a comissão médica de junta do Monteiro é um cargo público criado em lei, cujas titulações remuneradas pelo governo e remuneradas pelo Instituto.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve exonerar o sargento Antônio Borges de Freitas para exercer o cargo de sub-delegado de Polícia da comarca de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear o sargento Antônio Borges de Freitas para exercer o cargo de sub-delegado de Polícia da circunscrição de Cajazeiras dos Índios, do distrito de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear o sargento Antônio Borges de Freitas para exercer o cargo de sub-delegado de Polícia da circunscrição de Cajazeiras dos Índios, do distrito de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras, do município de José de Freitas.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve transferir o cargo de chefe do serviço, o agente de Estatística, da classe II, do município de Pombal, José Trigueiro da Rocha, para idêntico cargo no município de Joazeiro.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve, por conveniência do serviço, transferir o agente de Estatística da classe II, do município de Pombal, José Trigueiro da Rocha, para idêntico cargo no município de Joazeiro.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear Wilson Santos Barros do cargo de servente do Pósto de Higiene da cidade de Cajazeiras.

(*) Reproduzido por terem saído com incorreções.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba resolve nomear José Furtado Filho para exercer o cargo de chefe do Cadeia Pública de Cajazeiras, da cidade de Cajazeiras.

chaveiro amador, o sr. José Martins da Silva Filho.

Igualmente foi considerado habilitado, na prova de direção, por maioria, na mesma data, o sr. Pedro do Nascimento Brito, sendo dado o voto de divergência pelo sr. presidente da respectiva comissão examinadora.

III — Exclusões — Levantamento — Agracamento — O exmo. sr. Interventor Federal interino, por ato n.º 2.081, de 31 de outubro p.º, exonerou, por medida de economia, o chefe do tráfego de Monteiro, sr. Manuel Francisco Ferreira.

Em face do exposto seja o mesmo excluído do quadro efetivo dos funcionários desta corporação, a contar da data.

Excluído-o, louvo-o e agradeço-lhe a cooperação que, por mais de três anos, deu a esta Repartição, onde sempre se condiziu com critérios de mérito, profissional e econômico, de seus diversos serviços, dedicando-se e pontuando a altura das responsabilidades que lhe eram atribuídas, merecendo, assim, a consideração de meus antecessores, com quem leve occasião de servir, e também desta Inspeção.

Este funcionário não só não pode mais exercer o cargo que lhe era conferido, mas não pode mais exercer, nem por meio de representação, nem por contrário, cinco eleitos que se vêm anotados, o que é motivo de reflexo de sua conduta.

Ainda a mesma autoridade, por ato n.º 2.082, de 30 de igual data, e também por medida de economia, exonerou o sr. Antônio Silveira, de Olivença, da função de chefe do tráfego de Monteiro, para que seja nomeado o exame de concorrência, de modo a não ficar o posto vazio.

Esta Inspeção exclui-o hoje, agradecendo-lhe os serviços que, com zelo e dedicação, prestou a esta corporação durante o tempo em que a mesma serviu.

Às dezoito horas, das que são destinadas ao voo, é realizada a fiscalização do Tráfego Público e da Guarda Civil do Estado.

IV — Petições despachadas — De Monteiro, Erônio & Cia., requerendo transferência de propriedade para o nome de José Cavalcanti de Albuquerque, que é sócio da Pimenta, motor n.º 00-07870, situado na Rua General Osório, 100, Centro, Belo Horizonte.

Decretado. — A 1.º Seção.

Armando Ferreira de Mendonça requerendo uma licença de aprendizado por 30 dias, em automóvel, para o Rio de Janeiro, com destino a São Paulo, e que seja concedida imediatamente.

Decretado. — A 1.º Seção.

Guilherme Cunha Rêgo, de 30 anos, de São João do Monteiro, requerendo transferência de propriedade para o nome de José Cavalcanti de Albuquerque, que é sócio da Pimenta, motor n.º 00-07870, situado na Rua General Osório, 100, Centro, Belo Horizonte.

Decretado. — A 1.º Seção.

Antônio Francisco Dedeó, de 30 anos, de São João do Monteiro, requerendo transferência de propriedade para o nome de José Cavalcanti de Albuquerque, que é sócio da Pimenta, motor n.º 00-07870, situado na Rua General Osório, 100, Centro, Belo Horizonte.

Decretado. — A 1.º Seção.

Antônio Gomes Forte, de 30 anos, de São João do Monteiro, requerendo transferência de propriedade para o nome de José Cavalcanti de Albuquerque, que é sócio da Pimenta, motor n.º 00-07870, situado na Rua General Osório, 100, Centro, Belo Horizonte.

Decretado. — A 1.º Seção.

Antônio Mesquita Barbosa, de 30 anos, de São João do Monteiro, requerendo transferência de propriedade para o nome de José Cavalcanti de Albuquerque, que é sócio da Pimenta, motor n.º 00-07870, situado na Rua General Osório, 100, Centro, Belo Horizonte.

Decretado. — A 1.º Seção.

Antônio Mesquita Barbosa, de 30 anos, de São João do Monteiro, requerendo transferência de propriedade para o nome de José Cavalcanti de Albuquerque, que é sócio da Pimenta, motor n.º 00-07870, situado na Rua General Osório, 100, Centro, Belo Horizonte.

Decretado. — A 1.º Seção.

Antônio Mesquita Barbosa, de 30 anos, de São João do Monteiro, requerendo transferência de propriedade para o nome de José Cavalcanti de Albuquerque, que é sócio da Pimenta, motor n.º 00-07870, situado na Rua General Osório, 100, Centro, Belo Horizonte.

Decretado. — A 1.º Seção.

Antônio Mesquita Barbosa, de 30 anos, de São João do Monteiro, requerendo transferência de propriedade para o nome de José Cavalcanti de Albuquerque, que é sócio da Pimenta, motor n.º 00-07870, situado na Rua General Osório, 100, Centro, Belo Horizonte.

Decretado. — A 1.º Seção.

Antônio Mesquita Barbosa, de 30 anos, de São João do Monteiro, requerendo transferência de propriedade para o nome de José Cavalcanti de Albuquerque, que é sócio da Pimenta, motor n.º 00-07870, situado na Rua General Osório, 100, Centro, Belo Horizonte.

Decretado. — A 1.º Seção.

Telefonista de dia, soldado Otaviano Malakas do Nascimento.

Concedida-se, na forma regulamentar.

Dia 1.º e 3.º Secado S.G., solado Otaviano Malakas do Nascimento.

Dia 2.º e 4.º Secado S.G., cabo José Feliciano da Silva.

3.º Secado.

II — Alterações:

Incêndio — Comunicação — O exmo. sr. Francisco Pedro dos Santos, comunica que no dia 30 de outubro, às 23 horas e 55 minutos, ocorrido na Prese. H. Gráfica, da firma Abilio Dantas & Cia., e que, ali chegando, conseguiu a extinção de um grande incêndio, depois de um grande esforço por falta de hidrante, no local, sendo utilizado um tanque de 10 mil litros.

(ax) Mario Sales Ribeiro, tenente-coronel, comandante geral.

Confere com o original: Manuel Carvalho Marques, capitão adjunto.

Secretaria da Fazenda

(NOTA DO GABINETE)

Tendo em vista a boa organização do serviço e o Secretário da Fazenda não apresentar, em momento algum, expedições ou outras que possam ser consideradas de natureza excepcional, é decretado que, para o estudo da elaboração de expedientes, o secretário da Fazenda, ou seu substituto, deve ser consultado.

EXPEDIENTE DO SECRETARIO DO DIA 5:

Peticões:

N.º 11.663 — Do bel. Arnaldo Leite. — Em face das informações, sou pelo indeferimento.

N.º 19.085 — De José Arnaud Formiga. — Aguarda oportunamente.

N.º 20.065 — De Severino de Almeida Coelho. — Submete-se à inspeção de saúde.

N.º 20.075 — De Antônio Ventura.

Encontraram-se desembargadas na Tresoreria Geral as cauções de luz das seguintes pessoas:

Antônio Francisco Dedeó — 30.000

Antônio Gomes Forte — 30.000

Bianor Prudente — 30.000

Emílio Mesquita Barbosa — 30.000

Franclinha da Costa Silva — 30.000

Francisco Clemente Pereira — 30.000

Guilherme Cunha Rêgo — 30.000

Giovani Petrucci — 30.000

João Afonso de Melo — 50.000

José Afonso Vasconcelos — 30.000

José Gómez Sobrinho — 30.000

José Carneiro de Lucena — 30.000

Paulo Kanta — 30.000

Plácido Maximino — 12.000

Severino Tomaz de Aquino (dr.) — 20.000

Teresa Maria Trócolli — 30.000

São convidadas as partes interessadas a pagar no Gabinete desta Secretaria, os respectivos sélos de licença: Manuel Sarmento Rocha.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO

Mapas dos bens móveis e imóveis adquiridos pelo Estado e elaborados pela Diretoria do Patrimônio do Estado. Os valores dos imóveis são da data da aquisição, sujeitos a posterior avaliação.

IMÓVEIS:

Importância publicada na A UNIÃO de 21/10/40.

Dois terrenos, sendo um ao norte da estrada de Tambá e outro a leste da estrada que segue para Mandacaru, os quais reunidos formam o sítio "Cruz do Feixe", tendo de frente pela estrada Tambá 173 braças e de fundo até o rio Tambá Grande. Pelo corte com o sítio do Dr. Pedro Pinto, Toscana do Brum, que está separado da mesma cerca, que parte de um marco de pedra distante 8 braças e 3 palmos da Biquinha de "Maria Pele" até encontrar outro marco do lado do nascente. Pelo sul com a estrada do Tambá, pelo norte com terras do Mosteiro, peloeste com o sítio Paul Contendo 3 edifícios e mais desmembrado ao Asilo de Alienados. Adquirido a Francisco Gomes Marques da Fonseca em 34/1855 (1).

Transferência do sítio "Cruz do Feixe" para fazer parte do patrimônio da Santa Casa de Misericórdia como desmembramento da parte que pertence ao Dr. Pedro Pinto.

Terreno em que se conservava a mata que circundava a Fazenda do Tambá, compondo-a 90 braças por 90 de comprimento, ficando o chafariz no meio dessa linha e abrangendo toda mata.

Adquirido ao vigário José Gonçalves de Medeiros em 24/1839.

Doação de um sítio em Mumbaba de Belém, do município de Santa Rita, com di-

13.739.075.820

4.000.000.000

54.000.000

verso fruteiras medindo 94 metros de largura e uma legua de fundo. Limitando-se ao sul com o rio Mumbá, ao norte com a estrada de São Bento, ao leste com o sítio de João do Rio. Tudo isto no mesmo com um outro sítio da transmigração que está faz para liquidar um débito de Pedro da Costa Gadelim. Adquirido do vigário Manuel Gervásio Ferreira da Silva em 21/1/1888.

O aforamento perpétuo de um terreno com 64 braças de terra e 64 braças em quadro no sítio São Bento, oferecido gratuitamente por Vitorino Pereira Maia em 28/1/1853.

Uma casa no largo da foz do Gravatá, para edificação do prédio do Quartel para o Corpo de Polícia, com o nome de quartel da Guarda Civil, capitão Joaquim Batista Avançado em 11/4/1850.

O domínio direto do terreno acima, medindo 211 x 211 palmos de frente e fundo, formando um quadrado, foi adquirido em 7 de dezembro de 1852 ao tenente-coronel Bento Luiz da Gama Maia.

Uma casa de madeira de um andar, com varandas de ferro, sita na vila do Inga.

Adquirida a Eufásia de Arruda Camara em 28/8/1856.

Doação de um terreno que fica por traz do Palácio da Presidência. Limitando-se a sul com a estrada de São Bento, a oeste com a estrada de Francisco Manoel Carneiro da Cunha e poente com terras do doador, tendo 01.º lado 63 braças, o 2.º 15, o 3.º 63 e o 4.º 13 com planta arquivada. Por Joaquim da Silva Guimarães Ferreira em 19/9/1858.

Um casal de terreno em frente à Igreja da Boa Vista à rua Direita, igualmente o terreno adjacente que se estende em toda largura até a rua da Medelha. Adquirido a João Pinto Monteiro e Silva em 24/4/1858.

Um terreno adjacente à Cadeia Pública, com 33 braças e 8 palmos, tendo 18 braças de frente e 15 de fundo, que fica em frente à Cadeia, com planta arquivada. Adquirido ao comendador João José Inocêncio Pogi em 12/5/1864.

Uma casa n.º 2, à rua Direita, inclusive um terreno, anexo, tendo 40 palmos de frente e fundo até à Igreja das Mercês, pelo lado sul com o largo do Palácio. Adquirida a Calixto José Soares em 19/3/1865.

Umas fronteiras em ruínas, sitas no bico de São Frei Gonçalves, defronte do porto do Varadouro, confinando para o norte com o armazém de Francisco Alves de Sá e Carvalho, para o sul com a ferrearia bice, e, adjacente, com a terceira das casas de Vitorino Pereira Maia e poente com a rua do Varadouro.

Adquirida a dr. Feliciano Henrique Hardman em 12/10/1866.

Um terreno no sítio Riacho, com 88 braças de frente contadas para o norte da vertente ali existente e 40 paralelos para a estrada do Matadouro Público.

Adquirido a João José de Almeida em 16/4/1866.

A casa n.º 55, à rua Visconde de Pelotas, onde funciona uma auta pública primária. Adquirida a Minervino Ribeiro Pessas em 25/6/1872.

Uma casa na vila de São João do Cariri, à rua do Rio, n.º 48. Adquirida ao dr. Elias Enaco Unato da Costa Ramos em 13/2/1874.

Doação de um terreno situado à rua Marques do Herval, anexo à casa dos herdeiros de Antônio dos Santos Coelho, fazendo frente com a rua da Misericórdia para ser construído um edifício para uma escola pública. Primo Pacheco Borges em 23/1/1874.

Doação de um terreno na propriedade Carauiba, no termo de Araruna, contendo 40 braças em quadro para construção de um aqueduto para serventia pública no riacho Caufundó, Capitão Franco Ricardo Pessas em 4/6/1879.

O armazém n.º 28, à rua Maciel Pinheiro, fazendo esquina com o Béco da Estação. Adquirido a Roque de Paula Barros em 13/2/1903.

O domínio útil de um terreno anulado, no Béco da Estação, medindo 40 metros de comprimento. Em 30/3/1903 adquiriu o armazém n.º 29, à rua Maciel Pinheiro e o terreno de d. Margarida Maia. Adquirido ao dr. José de Azevêdo Maia em 13/1/1905.

A casa n.º 2, à rua Mité dos Homens, com um terreno adjacente murado, carambó e fruteiras. Adquirida a Mitrí Diocesana em 26/4/1906.

Um sítio com a Irene para o poente na estrada do Boi So, contestando ao sul com a estrada de Tamauá, ao norte com o sítio de Antônio de Brito Lira, ao leste com a planície, na altura de 175 de largura para servir a linha férrea de Tamauá. Adquirido a João Batista de Melo em 30/11/1905.

O domínio útil de um terreno na Estrada do Boi So, contendo 40 braças de comprimento, adjacente ao sítio onde funciona a Escola de Aprendizes Marinheiros. Adquirido a d. Margarida Maia em 13/1/1905.

O domínio direto dos terrenos onde estão situados os armazéns n.º 28, à ru Ma-

ciel Pinheiro e das terras devo-las em toda extensão do Béco da Estação até a Praça Alvaro Machado.

1.500.000,00 - 46.000.000,00

13.789.165.623

(1) O domínio direto do sítio Cruz do Peixe é de propriedade do Município de São Bento.

NOTA — Consultar a relação dos bens adquiridos pelo Estado, publicamente mapas de bens alienados, devidos e permutados.

José Penedo, 61/1940

Alfredo Lima, encarregado.

Oscar Soares, diretor.

SECRETARIA DA FAZENDA TESOURO DO ESTADO

Demonstração da receita e despesa na Tesouraria Geral, no dia 5 do corrente mês.

RECEITA

58.795.660,00

Saldo anterior	
Recebedoria da Renda da Capital — P.º da arrecadação do dia 4	13.900.000,00
Rep. dos Serviços Elétricos — Renda de 16 a 31 de outubro	115.728.000,00
Estação Fiscal de Serinha — P.º da arrecadação de outubro	17.300.000,00
Missa de Rendas de Itabuna — Saldo da arrecadação de outubro	21.908.400,00
Insp. do Trânsito P.º — Venda de placas	125.000,00
Insp. do Trânsito — Taxa do Serviço de Transporte	1.872.000,00
Hospital Colônia "Juliano Moreira" — Renda de outubro	3.445.820,00
São Bento Esporte Clube — Caução de luz	29.000,00
Anastacio Rocha — Caução de luz	12.000,00
Joaquim Soares dos Santos — Caução de luz	12.000,00
Severina Lemos — Caução de luz	12.000,00
Rep. de Saneamento da Capital — Renda de dia 4	6.256.000,00
Manuel Lira — Caução de luz	12.000,00
	172.973.560,00
	238.789.200,00

DESPESA

60.683.000,00

6083 — Luiz Gonzaga de Lima — Rest. de caução	30.000,00
6078 — Ovídio Correia de Oliveira — Rest. de caução	30.000,00
5988 — Tesouraria Geral do Estado — Indemnização	21.800,00
6056 — Francisco Guimarães — Conta-S.A.	2.210.000,00
5916 — Soc. Algodoeira Nordeste Brasileira — S.A. — Pagamento de juros referentes aos exercícios de 1935 e 1936	12.165.600,00
6076 — Adelina de Almeida Gouveia — Liq. vencimentos	53.000,00
6079 — Adm. do Porto de Cabedelo — Adm. de Cabedelo	28.413.870,00
6081 — Adm. do Almeida Cabedelo — Adm. Antonio Almeida Cabedelo	13.782.000,00
6080 — Rep. dos Serviços Elétricos — (Antônio A. Almeida) — Filha	11.491.860,00
6021 — Orlando Cordeiro — (Rep. dos Serviços Elétricos) — Adiantamento	1.000.000,00
6062 — Dr. Clarindo M. B. Gouveia — (Serv. Plantas "Exteis") — Adiantamento	25.000.000,00
	04.655.800,00
Banco do Estado — Conta movimento	235.789.200,00
Depósito fiduciado	80.000.000,00
Saldo Balanceado	64.063.800,00

Tesouraria Geral do Tesouro do Estado da Paraíba, em 5 de novembro de 1940.

ANTONIO DIAS NETO,

Tesoureiro geral interino.

ALIOSIO MORAIS,

Escrivário

Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas

EXPEDIENTE DO SECRETARIO DO DIA 6:

Portaria:

O Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas resolve designar o sr. José de Almeida Contabilista, interino, bel. José Jofel Bernardo, para responder ao expediente da Partição dos Serviços Elétricos, sem onus para o Estado, durante o implemento do titular efetivo, que se encontra em gozo de férias.

DIRETORIA DO SERVICO DE CLAS-
SIFICAÇÃO DO ALGOBADO
EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 6:
Portaria:

R. 4.602 — De sr. Honório Teles do Amaral, proprietário do devedor marca "Teles", que se encontra encarcerado no presídio de Areias, município de Umbuzeiro, requerendo licença para funcionamento do referido maquinismo. — Deferido.

R. 4.633 — Do mesmo requerendo licença para a instalação de um projeto de construção de uma Prefeitura de Condeúba, abrindo o crento especial de 5.000.000,00 para ocorrer as despesas com o concurso do motor da UELA Elétrica Municipal; e orçando a mesma para o ano de 1941, os municípios de Campina Grande, Umbuzeiro, Jacobina e Alagoinha Grande, relativa ao art. 15º — Suprimento os incisos I e II, substituindo-o pelo seguinte: "No caso de supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao respectivo distrito a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decretar a supressão de um ou mais Distritos Municipais, ficando reservada ao Presidente da República a execução da lei regulamentar que prometa maior eficiência na prestação de serviços, podendo o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional, decret

O CAJUEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

(Conclusão da 1^a pag.)
de base a uma grande indústria, entre outras indústrias para as quais o cajueiro proporciona abundante e barata matéria prima. Consta que a exaustão de resina é abundante quando se fazem incisões no cauleiro cheio de "maturas" (cajuz verde e amarelo não desidratado).

O cajueiro — E a parte mais importante é a que cabe aos cajuíos, o peso-dunculo dos frutos, erradicando chama de fruto (o verdadeiro fruto é a castanha). Todo nordestino conhece o cajú e também o conhecem quasi todos os brasileiros, porque há cajueiros embaraçosos e vegetando mal, no sul do país.

E uma massa carnosa e espessa, amarela ou avermelhada, que fornece, exprimido ou por suco, grande quantidade de suco branco e quasi sempre doce, de sabor delicioso.

Do cajú se fazem refrescos, sorvetes e vinhos de fermentação natural. A indústria dos vinhos de cajú representa, mesmo, aqui na Paraíba, uma grande organização econômica. Uma fábrica houve — a dos sr. Tito Silva & Cia., que consome 30 toneladas de frutas e digere o fruto totalmente. Uma outra, a Fábrica Sancha, dos sr. Lindolfo Carvalho & Cia., tem consumo quasi igual. E há outras menores.

O vinho é geralmente, muita bom e bastante apreciado. E a indústria aumenta a procura de um milhão de garrafas. O cajú é, por assim dizer, o único produto do cajueiro que, na Paraíba, e pode-se no Brasil, se aproveita.

O cajú como deparador e fortificante — É interessante um tópico sobre esse assunto, tal a sua importância. O cajú é considerado alimento das "pobres", em Pernambuco tão arraigada a crença popular das suas qualidades anti-sifilíticas. Acredita o povo que ele tem também grande valor curativo nas dispensas, nos catarrros crônicos e feridas.

Na não havia dúvida que o cajú deve ser muito útil como deparador e fortificante. A tradição dos índios, da cura do cajú, ainda hoje seguida por milhares de pessoas, sempre com êxito, bem a prova. E um ilustre médico patrício, o dr. Edmundo de Magalhães, sentiu-se animado em questões de fisioterapia, diz coisas tão soaviamente a respeito das virtudes medicinais do cajú que vale a pena ouvi-lo:

"Indivíduos fracos e magros, ecze-matosos, reumáticos, enfatizados, diarreicos, sifilíticos, recorrendo-se ao cajú a uma cura completa. O dr. dr. de Senna, onde as cajueiras, cortados de cajú amarelos e vermelhos, são extensas florestas, e afirmando-se loucamente aos cajuíos cujo caldo ingerem, chupando-os ou em cajauja, de lá voltam fortes, nutritivos, sadios, não precisando os mesmos que para já tomam".

Vê-se nesse resumo, um marlango quadro de doenças que o cajú, como uma panaceia miraculosa, desbarata num abrir e fechar de olhos. Isto é, no curto espaço de dois meses, que o tempo em que pendem os cajuíos amadurecidos.

Mais utilidades do cajueiro — E as todas essas vantagens ainda não são bastantes para eleger o cajú como uma das maiores importantes das nossas fruteiras, que, como tal, deve ser tratada carinhosamente e cultivada em grande escala, aliando-se a outras.

As folhas novas também são muito utilizadas. O suco dos renovos é antiseptico e eficiente no combate às aftas e colicas intestinais. As flores são melteras e contêm bastante tanacetina.

Por isso mesmo tanto a flor feita em cera, ou o meu que as ábebas das ceras, é que por ocasião da "flora" do cajueiro são reproduzidos como tópicos e até afrodisíacos. A raiz passa por ser purgativa. E a madeira, quando queimada, deixa em seu leito teor de potassa, que o povo acha muito benéficio.

O cajueiro é, assim, uma riqueza provincial, de que tudo se aproveita.

Um desses vegetais que se pode chamar de "árvores da vida", como disse o ilustre cientista Humboldt ao falar de cajueiros.

Plantar cajueiro especialmente nos tabuleiros, deve ser aprovado de todos os proprietários dessas terras no litoral paraibano. Representa a medida um dos rarissimos meios de valorizar essas propriedades. E de dotar a Paraíba de matéria prima para novas indústrias e o desenvolvimento de uma já tão importante. O que não precisam auster lucros devem plantar cajuíos em última análise por espirito de previdência ou de patriotismo.

E deve ser proibido expressamente a extração de cérteis proprietários de terras de cajueiros para fazer carvão. Tal prática abusiva e condensável é anti-económicas e anti-patrióticas. Atenta, mesmo, contra a lei de economia nacional. E o que atenta contra lei é crime punível pela justiça.

A campanha pelo plantio de grandes áreas de cajueiro, a preços anarcicistas, é o ministro Fernandes Coelho em sua visita à Paraíba, deverá decorrer-se vez encetada, é uma campanha que se impõe. E' pensamento, mesmo, do Governo, assim, conseguiu do Ministério a criação e manutenção, em nosso Estado, de uma estação experimental de botânica, que estudos de uso e frutificação, entre outras, a indústria de vinhos tropicais entre nós. Essa estação tratará também, naturalmente, do aumento de produção.

(Conclui na 3^a pag.)

DECRETO-LEI N.º 2

Orça a Receita e fixa a Despesa do Município de Pilar para 1941.

O Prefeito do Município de Pilar, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso III do art. 12 de decreto-lei federal 1.202 de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — A Receita do Município de Pilar para o exercício financeiro de 1941 é orçada em cento e vinte e cinco contos de réis (125.000\$000), assim discriminadas:

Código Geral Designação da Receita Efetiva Mutações Patrimoniais TOTAL

RECEITA ORDINÁRIA TRIBUTARIA				
0.12.1	Imposto Predial	14.000\$000		
0.17.3	Imposto sobre Indústria e Profissões	20.000\$000		
0.18.3	Imposto de Licença	27.000\$000		
0.35.2	Imposto sobre a Exploração Agrícola e Industrial	19.200\$000		

b) Taxas:

RECEITA ORDINÁRIA TRIBUTARIA				
1.21.4	Taxa de expediente	500\$000		
1.23.4	Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos	6.500\$000		
	RECEITA PATRIMONIAL			
2.01.0	Renda Imobiliária	5.000\$000		
2.02.0	Renda de Capital	400\$000		
3.03.0	Serviços Urbanos	18.000\$000		
3.05.0	Estabelecimentos e Serviços diversos	2.000\$000		
	RECEITAS DIVERSAS			
4.11.0	Receita do Mercado, Feiras e Matadouros	16.000\$000		
4.12.0	Receita de Comitérios	700\$000		

Código Geral Designação da Despesa Efetiva Mutações Patrimoniais TOTAL

6.12.0	Cobrança da Dívida Ativa	3.700\$000	3.700\$000	
		121.300\$000	3.700\$000	125.000\$000

Art. 2.º — A Despesa do Município de Pilar, para o exercício financeiro de 1941, é fixada em cento e vinte e cinco contos de réis (125.000\$000) e será realizada de acordo com as verbas e dotações seguintes:

Código Local Geral Designação da Despesa Efetiva Mutações Patrimoniais TOTAL

0	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
00	PREFEITURA			
8020	Pessoal Fixo:			
	Vencimentos do Prefeito	6.000\$000		
01	SECRETARIA			
8040	Pessoal Fixo:			
	1 Secretário	4.800\$000		
	1 Escriturário	2.400\$000		
	1 Porteiro	1.200\$000		
02	FISCALIZAÇÃO			
8050	Pessoal Fixo:			
	1 Fiscal Geral	1.200\$000		
	Gratificação de 2,5% sobre a arrecadação	2.400\$000		
04	PAZENDA MUNICIPAL			
8110	Pessoal Fixo:			
	1 Tesoureiro	3.000\$000		
	10% aos arrecadadores	10.000\$000		
1	SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS			
13	CEMITERIOS			
8600	Pessoal Fixo:			
	1 Administrador do Cemitério	600\$000		
	5 Zeladores do Cemitério de vilas e povoados	1.200\$000		
14	LIMPEZA PÚBLICA			
8850	Pessoal Fixo:			
	1 Zelador da praça João Pessoa	840\$000		
8551	Pessoal Variável:			
	Pessoal assalariado	2.000\$000		
8832	Material Permanente:			
	Ferramentas e materiais	380\$000		
15	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
8830	Pessoal Fixo:			
	1 Motorista eléctrica de Pilar	2.400\$000		
	1 Servente de Pilar	960\$000		
	1 Motorista eléctrica de Gurinhem	960\$000		
8833	Material de Consumo:			
	Combustível, lubrificante etc.	16.000\$000		
8834	Despesas Diversas:			
	Illuminação contratada de Ser-			

rinha	4.800\$000	30.640\$000
Identidade de vilas e povoados	720\$000	

30.640\$000	
-------------	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

LARANJA DO RIO

TEL. 1345
MACIEL PINHEIRO, 194
Entrega a domicílio

CAIXA 16\$000

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

--	--

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA PELA INCIDÊNCIA

ANEXO N.º 1

O CAJUEIRO

(Concedido da 2.ª pag.)
do das matérias primas da indústria
especialmente o caju

L. G.

Código Geral	Designação da Receita	Série clas- sificação	Sobre a proprie- dade	Sobre a circula- ção da ri- queira	Sobre a atividade do contri- buuinte	Resultan- te da ati- vidade do Estado	Rébito	Sobre o indivi- duo	Várias inci- dências	TOTAL	%
			4	1	2	3	4	5	6	7	
0 1 2 3	Imposto Predial Imposto à Indústria e Profis- são	—	14.000\$000	—	—	—	—	—	—	14.000\$000	11,20
0 1 2 3	Imposto de Licenças	—	—	—	20.000\$000	—	—	—	—	20.000\$000	16,00
0 2 5 2	Imposto à Expl. Agr. e Indus- trial	—	—	—	27.000\$000	—	—	—	—	27.000\$000	21,20
	Total dos Impostos	—	—	18.200\$000	—	—	—	—	—	19.200\$000	15,36
1 2 1 4	Taxa de Expediente	—	—	—	—	500\$000	—	—	—	500\$000	0,40
1 2 3 4	Taxa de Fiscalização e S. Di- versos	—	—	—	—	6.500\$000	—	—	—	6.500\$000	5,20
	Total das Taxas	—	—	—	—	7.000\$000	—	—	—	7.000\$000	—
	Total da Receita Tributária	—	14.000\$000	19.200\$000	47.000\$000	7.000\$000	—	—	—	87.200\$000	—
2 0 1 9	Renda Imobiliária	5.000\$000	—	—	—	—	—	—	—	5.000\$000	4,30
2 0 2 0	Renda de Capitais	4.000\$000	—	—	—	—	—	—	—	4.000\$000	3,20
	Total da Receita Patrimonial	5.400\$000	—	—	—	—	—	—	—	5.400\$000	—
3 0 3 0	Serviços Urbanos	10.000\$000	—	—	—	—	—	—	—	10.000\$000	8,00
3 0 3 0	Estab. e Serviços Diversos	2.000\$000	—	—	—	—	—	—	—	2.000\$000	1,60
	Total da Receita Industrial	12.000\$000	—	—	—	—	—	—	—	12.000\$000	—
4 1 1 0	R. de Mercados, Feiras e Ma- tadouros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4 1 2 0	Receita de Cemitérios	16.000\$000	700\$000	—	—	—	—	—	—	16.000\$000	12,80
	Total de Receitas Diver- sas	16.700\$000	—	—	—	—	—	—	—	16.700\$000	—
	Total da Receita Ordinária, inclusive Receitas Diversas	34.100\$000	14.000\$000	19.200\$000	47.000\$000	7.000\$000	—	—	—	121.300\$000	—
6 1 2 0	Cobrança da Dívida Ativa	3.700\$000	—	—	—	—	—	—	—	3.700\$000	2,96
	Total da Receita Extraordi- nária	3.700\$000	—	—	—	—	—	—	—	3.700\$000	—
	TOTAL GERAL	32.800\$000	14.000\$000	19.200\$000	47.000\$000	7.000\$000	—	—	—	125.000\$000	—
	PERCENTAGENS	30,24	11,20	15,26	37,82	5,60	—	—	—	—	—

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ELEMENTOS EM CADA ÓRGÃO ADMINISTRATIVO

ANEXO N.º 2

Código Geral	Designação da Despesa	Pessoal	Pessoal	Material	Material	Despesas	TOTAL	
		Fixo	Variável	Permanente	de Consumo	Diversas		
		0	1	2	3	4		
	ADMINISTRAÇÃO MUNI- CIPAL							
	Prefeitura							
8 0 2 0	Pessoal Fijo	6.000\$000	—	—	—	—	6.000\$000	4,30
	Secretaria							
3 0 4 0	Pessoal Fijo	8.400\$000	—	—	—	—	8.400\$000	6,72
5 0 4 3	Material de Consumo	—	—	—	—	—	1.000\$000	.80
	Fiscalização							
8 0 5 0	Pessoal Fijo	3.600\$000	—	—	—	—	3.600\$000	2,88
	Fazenda Municipal							
8 1 1 0	Pessoal Fijo	13.000\$000	—	—	—	—	13.000\$000	10,40
	SERVICOS PÚBLICOS MUNICIPAIS							
	Cemitério							
8 6 9 0	Pessoal Fijo	1.800\$000	—	—	—	—	1.800\$000	1,44
	Limpeza Pública							
8 8 5 0	Pessoal Fijo	840\$000	—	—	—	—	840\$000	.67
8 8 5 1	Pessoal Variável	2.000\$000	—	—	—	—	2.000\$000	1.62
8 8 5 2	Material Permanente	—	—	360\$000	—	—	360\$000	.28
	Iluminação							
8 6 3 0	Pessoal Fijo	4.320\$000	—	—	—	—	4.320\$000	3,45
8 6 3 3	Material de Consumo	—	—	—	16.000\$000	—	16.000\$000	12,90
8 8 3 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	5.320\$000	3.520\$000	4,42
	OBRAIS E MELHORAMEN- TOS PÚBLICOS							
	Conservação de Estradas							
8 8 2 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	1.000\$000	1.000\$000	.80
	Constr. e Conservação de Propriétios Municipais							
8 8 7 1	Pessoal Variável	—	10.000\$000	11.500\$000	—	—	10.000\$000	8,00
8 8 7 2	Material Permanente	—	—	—	—	11.500\$000	9.20	
8 8 7 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	1.500\$000	1.500\$000	1,20
	SERVICOS PÚBLICOS EM COMUM COM O ES- TADO							
	Serviço Estadual de Esta- tística							
8 0 7 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	3.125\$000	3.125\$000	2,30
	Depart. das Municipalidades							
8 0 7 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	2.500\$000	2.500\$000	2,00
	Instituição Pública							
8 3 6 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	8.020\$000	8.020\$000	6,42
	Assistência Social							

Continua na 4.ª pag.

(1) Esta máquina foi descrita no

autor destas linhas pelo Ilustre Técnico

do Laboratório Central de Entomologia,

no Rio de Janeiro, Camilo Rodrigues

Eanta, que, naturalmente, dura a

quanto eu escrever a respeito, nome e

endereço do seu inventor e fabricante,

no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: — *Pla* Cor-

reia — "Dicionário das plantas

úteis do Brasil", vol. I, págs. 408

a 462; *Brasil* (Anuário do Mi-

nistério das Relações Exteriores),

págs. 175 a 179; *Brasil*, G. Perde-

— "A planta do caju invadiu o mun-

do" (Revista A Fazenda) — maio

de 1929, pág. 154); E. S.

(consultor de questões agrícolas

dos "Diários Associados") — "O

caju como depurativo", artigo

saiendo no "O Jornal do Rio", de

4 de agosto do passado).

DECRETO-LEI N.º 2.627,
DE 26 DE SETEMBRO

DE 1940

Dispõe sobre as so-
ciedades de propriedade

(Conclusão)

CAPÍTULO XVIDas prescrições e ca-
sas decadentes

Art. 155 — A ação para amparar a

propriedade ou direitos econô-
micos ou sociais é prescrita em trésanos, para que seja consti-
tuído o direito, para que seja

constituído o direito, para que seja

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

(Continuação da 3.ª pag.)

pois sem o consentimento dos diretores ou gerentes, mudar o objeto essencial da sociedade, prover-lhe o prazo de duração, aumentar ou diminuir o capital social, criar obrigações no portador ou partires beneficiárias.

CAPÍTULO XVII

Despesas Diversas

Art. 167 — Será judicialmente discutida, a requerimento do órgão do Ministério Público, a sociedade anônima ou companhia, ou a sociedade em comandita por ações, que tiver objeto ou fim ilícito, ou desenvolver atividade contrária ao interesse social.

Art. 168 — A sentença que decretar a discussão ordenará a imediata apreensão dos bens sociais, caso não tenham sido, a requerimento do Ministério Público, anteriormente sequestrados. Transcorridos cinquenta dias a partir da sentença, serão os dito bens incorporados ao patrimônio da União.

Art. 169 — A responsabilidade penal dos diretores, gerentes, fiscais e sócios ou acionistas será apurada na conformidade da lei penal comum ou específica.

Art. 170 — Observarão o disposto no artigo 2.º ns. IX e X do Decreto-lei n.º 829, de 18 de novembro de 1936, incorreção na pena de prisão celular por um a quatro anos;

Art. 171 — Os diretores, gerentes e fiscais que promoverem, por qualquer artifício, falsas contadas das ações ou de outros títulos pertencentes à sociedade;

Art. 172 — Os diretores ou gerentes que tomarem emprestimos à sociedade ou usarem os seus bens ou haveres em proveito próprio, sem prévia autorização da assembleia geral;

Art. 173 — Os diretores ou gerentes que comprarem ou vendarem por conta da sociedade, ou ações por ela emitidas, salvo as permitidas expressamente em lei;

Art. 174 — Os diretores ou gerentes que, como garantia de créditos sociais, aciritarem em seu nome ou penhor ações da própria sociedade;

Art. 175 — Os diretores, gerentes e fiscais que, por interposta pessoa ou conduto com acionistas, conseguirem a aprovação de contas ou pareceres;

Art. 176 — Os peritos que, por prevaricamento, atribuirem aos bens do submissor o valor do real;

Art. 177 — Os representantes das sociedades por ações e conselheiros autorizadas a fiscalizar, que praticarem qualquer ato mencionado nos ns. 1.º e 2.º ou durante falsas informações ao Governo.

Parágrafo único — Serão consideradas cumpridas as pessoas que, diretamente ou indiretamente, prestarem auxílio para a execução dos crimes referidos neste artigo;

Art. 178 — Incorreção na pena de prisão, de um mês a três meses, ou multa de 10.000\$000 a 20.000\$000, ou multa de 2.000\$000 a 5.000\$000, ou diretor ou gerente que praticarem qualquer ato mencionado nos ns. 1.º e 2.º ou durante falsas informações ao Governo.

Parágrafo único — Serão punidos com a pena de prisão de dez a trinta dias, ou multa de 2.000\$000 a 5.000\$000, os diretores, gerentes e fiscais ou representantes de sociedades estrangeiras, que não observarem o disposto no artigo 176, parágrafo único.

Art. 179 — Incorreção na pena de prisão, de seis a dois anos de prisão celular ou multa de 10.000\$000 a 20.000\$000, ou diretor ou gerente que, para obter vantagens para si ou para outrem, negocarem o voto nas deliberações da assembleia geral.

Art. 180 — Cabe ação pública em todos os crimes referidos neste Capítulo.

Parágrafo único — A sociedade qualquer scio ou acionista e os terceiros prejudicados, podem dar queixa dos crimes definidos nesta lei.

CAPÍTULO XIX

Despesas gerais

Art. 173 — As publicações ordenadas pelas autoridades, serão feitas no órgão oficial da União, ou no Estado, conforme o local em que estiver situada a sede da sociedade, e em outro jornal de grande circulação.

As sociedades anônimas estrangeiras, autorizadas a funcionar no país, ficarão sujeitas ao direito público da União, e ao do Estado, desde que tiverem sucursais, filiais ou agências.

Parágrafo único — Os anúncios ou convites de convocação da assembleia geral serão publicizados por trés vezes, no mínimo, pelo órgão oficial, contendo os nomes dos votores, fiscais, fiscalizantes ou acionistas, que fizeram a convocação.

Art. 174 — Fica arquivada, no Registro do Comércio, da sede, cópia autêntica das atas das assembleias gerais, quando forem expedidas ou diligenciadas ou o conselho fiscal.

Art. 175 — O balanço e a conta de lucros e perdas das sociedades anônimas ou companhias, fiscalizadas pelo Governo Federal, obedecendo ao modelo estabelecido pelo Administrador Público, observando as prescrições dos ns. 1.º e 2.º do artigo 135.

Art. 176 — Para fins de levantamentos estatísticos, o Registro do Comércio, enviará, dentro de trinta dias, ao Serviço de Estatística da Presidência e Trabalho, do Instituto Brasileiro

(Conclui na 8.ª pag.)

						1:200\$000	1:200\$000	20
8 2 9 4	Despesas Diversas	—	—	—	—			
	Fomento							
8 3 1 0	Pessoal Fixo	3:600\$000						
8 3 1 1	Pessoal Variável	2.000\$000						
8 3 1 2	Material Permanente	500\$000						
	DIVIDA PÚBLICA							
	Amortização							
8 7 6 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	2.000\$000	2.000\$000	1.90
	Subvenções e Auxílios							
8 3 8 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	2.000\$000	2.000\$000	2.00
8 3 8 5	Despesas Diversas	—	—	—	—	6.420\$000	6.420\$000	5.14
	DESPESAS DIVERSAS							
	Publicações Oficiais							
8 9 9 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	1.500\$000	1.500\$000	1.20
	Eventuais							
8 9 9 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	4.485\$000	4.485\$000	3.59
	TOTAIS	41.560\$000	14.000\$000	12.360\$000	17.000\$000	40.080\$000	125.000\$000	
	PERCENTAGENS	33,25	11,20	9,88	13,60	32,07	32,07	

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA PELOS SEUS ELEMENTOS EM CADA SERVIÇO

ANEXO N.º 3

Código Geral	Designação da Despesa	Pessoal Fixo	Pessoal Variável	Material Permanente	Material de Consumo	Despesas Diversas	TOTAL	%								
ADMINISTRAÇÃO GERAL																
Governo																
8 0 2 0	Pessoal Fixo	6.000\$000	—	—	—		6.000\$000	4.80								
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR																
8 0 4 0	Pessoal Fixo	8.400\$000	—	—	1.000\$000		8.400\$000	6.72								
	Material de Consumo	—	—	—	—		1.000\$000	0.80								
Serviços de Inspeção																
8 0 6 0	Pessoal Fixo	3.600\$000	—	—	—		3.600\$000	2.88								
Serviços Técnicos e Especializados																
8 0 7 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	3.625\$000	3.625\$000	4.56								
EXAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA																
8 1 1 0	Pessoal Fixo	13.000\$000	—	—	—		13.000\$000	10.40								
SEGURANÇA P. E ASSISTÊNCIA SOCIAL																
Assistência Social																
8 2 9 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	1.200\$000	1.200\$000	0.96								
EDUCAÇÃO PÚBLICA																
Subvenções, Contribuições e Auxílios																
8 3 8 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	10.820\$000	10.820\$000	8.66								
FOMENTO																
8 5 1 0	Pessoal Fixo	3.000\$000	—	—	—		3.000\$000	2.84								
8 5 1 1	Pessoal Variável	2.000\$000	—	—	—		2.000\$000	1.60								
8 5 1 2	Material Permanente	500\$000	—	—	—		500\$000	0.40								
SERVIÇOS INDUSTRIAS																
Serviços Urbanos																
8 6 3 0	Pessoal Fixo	4.320\$000	—	—	16.000\$000		4.320\$000	3.45								
8 6 3 3	Material de Consumo	—	—	—	—		16.000\$000	12.80								
8 6 3 4	Despesas Diversas	1.800\$000	—	—	—		1.800\$000	1.44								
DIVIDA PÚBLICA																
Amortizações																
8 7 6 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	2.000\$000	2.000\$000	1.60								
SERVICOS DE UTILIDADE PÚBLICA																
Constr. e Conservação de Rodovias																
8 8 2 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	1.000\$000	1.000\$000	0.80								
Construção e Cons. de Próprios Pùblicos																
8 8 7 1	Pessoal Variável	10.000\$000	—	—	—		10.000\$000	8.00								
8 8 7 2	Material Permanente	—	11.500\$000	—	—		11.500\$000	9.23								
8 8 7 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	1.500\$000	1.500\$000	1.20								
Serviços de Limpeza Pública																
8 8 8 0	Pessoal Fixo	840\$000	—	—	—		840\$000	0.67								
8 8 8 1	Pessoal Variável	2.000\$000	—	—	—		2.000\$000	1.60								
8 8 8 2	Material Permanente	360\$000	—	—	—		360\$000	0.28								
Luminaria Pública																
8 8 8 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	5.520\$000	5.520\$000	4.42								
ENCARGOS DIVERSOS																
Subvenções, Contribuições e Auxílios																
8 8 8 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	6.420\$000	6.420\$000	5.34								
Dividendos																
8 9 9 4	Despesas Diversas	—	—	—	—	5.965\$000	5.965\$000	4.79								
	TOTAIS	41.560\$000	14.000\$000	12.360\$000	17.000\$000	40.080\$000	125.000\$000									
	PERCENTAGENS	33,25	11,20	9,88	13,60	32,07	32,07									

(Conclui na 8.ª pag.)

EDITAIS

BANCO DO BRASIL Concurso para auxiliar de 1.ª classe

De acordo do sr. Presidente, fazemos público que, desta data até o dia 30 de novembro, constante estará aberta as inscrições para se realizar-se em local, dia e hora oportunamente anunciados, designado a admissão de **AUXILIARES DE 1.ª CLASSE**.

Pica sublecionado que os candidatos aprovados deverão servir de prefeitura nas agências situadas neste Estado; isto sem prejuízo da faculdade, a que o Banco se reserva, de aprovar os nomeados, de qualquer tempo, onde melhor lhe convenha.

Basta-nos informar que, qualquer pretexto, a pedidos de adição, remoção ou localização diferente da que for designada.

O concurso constará de provas escritas e orais.

Datilografia — Copia de trecho impresso, durante 5 minutos, levando-se em conta, no julgamento, não só o número de palavras transcritas, com o aseo e a boa disposição da mesma, mas, também, espacamentos, etc. Máquinas de escrever: Continen, Underwood, Remington e Royal, t. 1, eliminatória.

Português — Redação de carta de tema dado. Será exigida, como na demais provas, a ortografia simplificada, nos termos do Decreto-O.Let n.º 292, de 23 de fevereiro de 1936. (2 eliminatória).

Contabilidade — Lançamentos em geral — 5 questões.

Aritmética — 5 questões elementares, que envolvem operações de contos, cálculo e proporções, em que os temas envolvem manejo de números complexos e frações ordinárias e decimais.

As provas de datilografia e português serão eliminatórias. A que vence, o fará se missar notar que constituiu a prova de datilografia a primeira eliminatória, os resultados na mesma serão convocados para o exame das demais matérias. Esclarecemos, entretanto, que as provas em datilografia serão chamadas para todas as demais provas; entretanto, caso não logrem aprovação em português (segunda eliminatória), as suas provas respectivas não serão julgadas.

Alem disso, os candidatos que em igualdade de classificação, garantirão o aproveitamento preferencial do candidato.

A inscrição será feita nas horas de expediente externo, nos dias únicos, mediante pedido direto do candidato, que mencionará o endereço e entrara dois retratos (3 x 4 centímetros). O candidato que não provar residir no Rio de Janeiro, ou que não possuir prazo mínimo de um ano, e não apresentar carteira de reservista do Exército ou da Marinha, ou documento que surte o efeito do serviço militar, poderá ser excluído. Fará notar que não poderá ser, de maneira alguma, dispensadas as exigências aludidas, sendo que, quanto ao serviço militar, não serão aceitos documentos que não comproverem que o candidato é de serviço militar, ou, tal como, certificado de alistamento em Linha de Tiro, certificado de pre-militar e isenção temporária.

Não serão admitidas as inscrições de candidatos do sexo feminino.

Para a nomeação é necessário que o candidato aprovado satisfaga os seguintes requisitos, verificados e provados a juízo do Banco:

1) não ter nenhuma multa constatada, ou de natureza que impossibilite de exercer as funções nem tenha de feito físico que o iniba de exercer o cargo ou lhe diminua a capacidade de produção;

2) possuir robustez, revelada pelo índice para suportar o serviço de exterior, por otto horas diárias. Este e o requisito precedente serão verificados por médico de confiança e designação do Banco;

3) possuir probidade moral, comprovada por atestados de conduta passados pelas firmas ou empresas onde houver exercido sua atividade, ou, na falta, por duas pessoas de reputabilidade. A prova desses documentos só pode ser impetrada a satisfação por parte do Banco, dos prece- dentes do candidato;

4) — tenha a idade mínima de 18 anos e máxima de 29 incompletos (em data da nomeação), provada com a certidão de idade "verbeto-ad-verbum" do registro civil;

5) — apresente novamente a carteira de identidade passada pela autoridade policial competente, ou documento equivalente, documento que a substitui perfeitamente a juízo do Banco;

6) — entrege três retratos com a dimensões de 3 x 4 centímetros.

Esse quadro de credenciais terão prioridade para a nomeação os candidatos que exibirem diploma de profissional, contador, contador ou guarda-livros.

Terá direito à nomeação, dos candidatos classificados, o valor de vinte dezesseis meses, a contar da data de realização do concurso, e prescreverá, portanto, se a nomeação não se verificar dentro desse prazo.

FRACOS E ANÉMICOS!
Tomem:
VINHO CRESOTADO

Do Ph. J. do Silveira Oliveira
Enriquecido com extrato natural.
Tosses
Resfriados
Bronchites
Escrufolose
Convalecenças

VINHO CRESOTADO
é um gerador de saúde.



FORMIGUINHAS CASEIRAS

Só desaparecem com o uso do único produto Batido que atrai e extermina as formiguinhas caseiras e toda espécie de baratas.

"BATAFORMIGA SI"

Encontra-se nas lojas Farmácias e Drograrias LONDRES

Luz Rabelo de Menezes e Francisco Lacerda de Oliveira.

Os candidatos deverão levar caneta, pena e tinta.

Secretaria do 2.º Distrito da Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões, em João Pessoa, 5 de novembro de 1940.

Mário A. de Magalhães — Secretário do Concurso.

VISTO: — L. Arcorvode — Engenheiro Chefe do Distrito.

MINISTÉRIO DA VIACAO E OBRAS PÚBLICAS — Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões — 2.º Distrito

CONCURSO PARA EXTRANUMERARIOS—MENSALISTA — Serão chamados a prova escrita de Português, no dia 10 de outubro às 8 horas da manhã, no auditório do Instituto de Educação, os candidatos inscritos para a função de Praticante de Escritório, abalro mencionados:

Reinaldo de Almeida Simões, Maria da Neves São, Odília Pereira Guedes, Edmundo Ribeiro da Silva, Cesar Giovanni Pinto de Vasconcelos, José Maria de Oliveira, João Guerra Filho, Ivete da Costa Mini, Clevis Gomes de Oliveira, Joséfa Tereza Soares, Zenilda Gonçalves Serrão, Amarilo Lacerda, Antônio José da Costa, Leonel Carvalho, Antônio de França, Inês Barbosa da Costa, João Gomes de Amorim, Domicles Carvalho de Mesquita, Mirânia Marinho Barbosa, Osvaldo Virgílio dos Anjos, José Rosendo Boaventura, Vitorino Matos, José Jardim, Antônio Matos, Virgílio Luís, Luiz Torres de Andrade, Taís Cardoso de Albuquerque, Alício Gonçalves, Fátima Guedes de Carvalho, Maria Glória Peresino Lins, Lívio Leal Vaz, Elói M. da Cunha, José Carvalho, José Franco, Luís de Almeida, Alvaro Coelho, Freitas Tavares, Benedito Tereza de Alencar Neves, Homero Machado, José Lira, José Lima Sozinho, Maria Bernardo Fonseca, Luiz Sales de Almada, Eliseu Menezes, Maria Celeste da Silva, Henrique Gomes de Carvalho, José Bento, José Jorge de Oliveira, José Paulo de Oliveira, Matias Acácio de Lucena e Sebastião Antônio da Silva.

Os candidatos deverão levar caneta, pena e lápis.

Secretaria do 2.º Distrito da Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões, em João Pessoa, 5 de novembro de 1940.

Mário A. de Magalhães — Secretário do Concurso.

VISTO: — L. Arcorvode — Engenheiro Chefe do Distrito.

MINISTÉRIO DA VIACAO E OBRAS PÚBLICAS — Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões — 2.º Distrito

CONCURSO PARA EXTRANUMERARIOS—MENSALISTA — Serão chamados a prova escrita de Português, no dia 10 de outubro às 8 horas da manhã, no auditório do Instituto de Educação, os candidatos inscritos para a função de Estamineiro-Auxiliar, abalro mencionados:

Pedro Tomás de Alcantara — Severino Batista dos Santos — João Leite de Souza — Maria das Dores Oliveira — Móveis da Apadrinada Lima — Celso de Britto — Antônio José Jorge de Oliveira — Cecílio Paulo de Oliveira — Matias Acácio de Lucena e Sebastião Antônio da Silva.

Os candidatos deverão levar caneta, pena e lápis.

Secretaria do 2.º Distrito da Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões, em João Pessoa, 5 de novembro de 1940.

Mário A. de Magalhães — Secretário do Concurso.

VISTO: — L. Arcorvode — Engenheiro Chefe do Distrito.

MINISTÉRIO DA VIACAO E OBRAS PÚBLICAS — Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões — 2.º Distrito

CONCURSO PARA EXTRANUMERARIOS—MENSALISTA — Serão chamados a prova escrita de Português, no dia 10 de outubro às 8 horas da manhã, no auditório do Instituto de Educação, os candidatos inscritos para a função de Praticante de Escritório, abalro mencionados:

Pedro Tomás de Alcantara — Severino Batista dos Santos — João Leite de Souza — Maria das Dores Oliveira — Móveis da Apadrinada Lima — Celso de Britto — Antônio José Jorge de Oliveira — Cecílio Paulo de Oliveira — Matias Acácio de Lucena e Sebastião Antônio da Silva.

Os candidatos deverão levar caneta, pena e lápis.

Secretaria do 2.º Distrito da Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões, em João Pessoa, 5 de novembro de 1940.

Mário A. de Magalhães — Secretário do Concurso.

VISTO: — L. Arcorvode — Engenheiro Chefe do Distrito.

MINISTÉRIO DA VIACAO E OBRAS PÚBLICAS — Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões — 2.º Distrito

CONCURSO PARA EXTRANUMERARIOS—MENSALISTA — Serão chamados a prova escrita de Português, no dia 10 de outubro às 8 horas da manhã, no auditório do Instituto de Educação, os candidatos inscritos para a função de Estamineiro-Auxiliar, abalro mencionados:

Antônio da Natividade — Tomás Carvalho do Nascimento — Pedro Reis de Oliveira — José Alves Almeida — Maria da Glória da Cunha — Manuel Peixoto — Valéria Tereza Soares — Lúcia Sônia de Andrade Lima — Elza Lira de Souza.

Os candidatos deverão levar caneta, pena e lápis.

Secretaria do 2.º Distrito da Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões, em João Pessoa, 5 de novembro de 1940.

Mário A. de Magalhães — Secretário do Concurso.

VISTO: — L. Arcorvode — Engenheiro Chefe do Distrito.

MINISTÉRIO DA VIACAO E OBRAS PÚBLICAS — Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões — 2.º Distrito

CONCURSO PARA EXTRANUMERARIOS—MENSALISTA — Serão chamados a prova escrita de Português, no dia 10 de outubro às 8 horas da manhã, no auditório do Instituto de Educação, os candidatos inscritos para a função de Estamineiro-Auxiliar, abalro mencionados:

Antônio da Natividade — Tomás Carvalho do Nascimento — Pedro Reis de Oliveira — José Alves Almeida — Maria da Glória da Cunha — Manuel Peixoto — Valéria Tereza Soares — Lúcia Sônia de Andrade Lima — Elza Lira de Souza.

Os candidatos deverão levar caneta, pena e lápis.

Secretaria do 2.º Distrito da Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões, em João Pessoa, 5 de novembro de 1940.

Mário A. de Magalhães — Secretário do Concurso.

VISTO: — L. Arcorvode — Engenheiro Chefe do Distrito.

Dor de dente?

CERA Dr. Lustosa
Inofensiva aos dentes — Não queima e voces.

Desenvolvedor: Casa Mariana — C. P. N. 1000

e armazenamento a quem mais dé e maior lazer oferecer, com o barato legal, os bens perturbados a Jorge Francisco Ellerma, na ação executiva fiscal que lhe move o Juiz da 1.ª Vara da Fazenda Pública, de São Paulo, e que, em suas dimensões: um metro e meia e meia de largura, no valor de 5000000,00, outra com um metro e meia e meia e um metro e meio de largura, no valor de 3000000,00, e um "barato" tamanho pequeno com seis pavaetas, o preço avulso em 2000000. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandamos que fique publicado no órgão oficial do Estado: Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, os 4 dias de maio de 1940. Eu, Demétrio França, ex-secretário da Casa Mariana, encaminho afixar: **Maria A. de Magalhães**, 1.º secretário da Diretoria de Artesanato, de São Paulo, o encarregado da fabricação de **CERA Dr. Lustosa**.

Demétrio França, 1.º secretário da Diretoria de Artesanato.

GRDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — Sétimo dia Estado.

EDITAL — De acordo com o Decreto do Conselho dos Advogados do Brasil, Secção Sétimo Estado, concedido os advogados inscritos originalmente na Barra, que desejarem se afiliar ao pleno gênero de seus direitos, terão de aderir na Assembleia Geral, a realizar-se no dia 22 desse mês, às 15 horas, no Palácio da Justiça, na Sala do Conselho de Estado, para outvir a sua vontade, e que sejam admitidos a votar.

De acordo com o acordamento entre a Barra e o Conselho, deve ser o número de advogados que comparecerem a referida assembleia de cem e quarenta e cinco (145).

Secretaria de Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Sétimo Estado, em 8 de novembro de 1940. Eu, Demétrio França, 1.º secretário.

EDITAL DE VENDA EM HASTA PÚBLICA — O Dr. Onésipo Araújo de Oliveira, presidente da comarca de Patos, no dia 10 de outubro de 1940, vende-se uma propriedade de terra, com 100000 m², situada na estrada de São José, no bairro da Parreira, com 1000 m de fronteira, com 100 m de profundidade, com 100 m de fundo, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 5000000,00, outra com 100 m de fundo, com 100 m de profundidade, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 3000000,00, e uma terceira de terra de 10000 m², situada na estrada de São José, com 100 m de fundo, com 100 m de profundidade, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 2000000,00, e uma quarta de terra de 10000 m², situada na estrada de São José, com 100 m de fundo, com 100 m de profundidade, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 1000000,00.

De acordo com os acordamentos entre a Barra e o Conselho, deve ser o número de advogados que comparecerem a referida assembleia de cem e quarenta e cinco (145).

Secretaria de Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Sétimo Estado, em 8 de novembro de 1940. Eu, Demétrio França, 1.º secretário.

EDITAL DE VENDA EM HASTA PÚBLICA — O Dr. Onésipo Araújo de Oliveira, presidente da comarca de Patos, no dia 10 de outubro de 1940, vende-se uma propriedade de terra, com 100000 m², situada na estrada de São José, com 100 m de fundo, com 100 m de profundidade, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 5000000,00, outra com 100 m de fundo, com 100 m de profundidade, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 3000000,00, e uma terceira de terra de 10000 m², situada na estrada de São José, com 100 m de fundo, com 100 m de profundidade, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 2000000,00, e uma quarta de terra de 10000 m², situada na estrada de São José, com 100 m de fundo, com 100 m de profundidade, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 1000000,00.

De acordo com o acordamento entre a Barra e o Conselho, deve ser o número de advogados que comparecerem a referida assembleia de cem e quarenta e cinco (145).

Secretaria de Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Sétimo Estado, em 8 de novembro de 1940. Eu, Demétrio França, 1.º secretário.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO — O Dr. Moacir Nobre Montenegro, Juiz de Direito da comarca de Pernambuco, no dia 27 do mês de novembro, próximo dia 28, às 10 horas da manhã, no auditório do Instituto de Educação, fará a notificação, via escrivão, ao candidato inscrito, de que o seu nome consta da lista de nomeados, no dia 10 de outubro, para a função de Praticante de Escritório, abalro mencionados:

João Batista dos Santos — João Leite de Souza — Maria das Dores Oliveira — Móveis da Apadrinada Lima — Celso de Britto — Antônio José Jorge de Oliveira — Cecílio Paulo de Oliveira — Matias Acácio de Lucena e Sebastião Antônio da Silva.

Os candidatos deverão levar caneta, pena e lápis.

Secretaria do 2.º Distrito da Inspecção Federal de Obras Contra as Sessões, em João Pessoa, 5 de novembro de 1940.

Mário A. de Magalhães — Secretário do Concurso.

VISTO: — L. Arcorvode — Engenheiro Chefe do Distrito.

EDITAL DE VENDA EM HASTA PÚBLICA — O Dr. Onésipo Araújo de Oliveira, presidente da comarca de Patos, no dia 10 de outubro de 1940, vende-se uma propriedade de terra, com 100000 m², situada na estrada de São José, com 100 m de fundo, com 100 m de profundidade, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 5000000,00, outra com 100 m de fundo, com 100 m de profundidade, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 3000000,00, e uma terceira de terra de 10000 m², situada na estrada de São José, com 100 m de fundo, com 100 m de profundidade, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 2000000,00, e uma quarta de terra de 10000 m², situada na estrada de São José, com 100 m de fundo, com 100 m de profundidade, com 100 m de altura, com 100 m de largura, no valor de 1000000,00.

De acordo com o acordamento entre a Barra e o Conselho, deve ser o número de advogados que comparecerem a referida assembleia de cem e quarenta e cinco (145).

Secretaria de Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Sétimo Estado, em 8 de novembro de 1940. Eu, Demétrio França, 1.º secretário.

EDITAL — EDITAL DE VENDA E ARREMATAMENTO — O Dr. Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, na forma de edital, de que consta o que segue:

Faz saber a todos quantos o presente edital que será afiado no dia 10 de outubro de 1940, que o Dr. Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu, Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Capital, em nome da Fazenda Pública, de grande parte da terra de sua propriedade, que se encontra no bairro da Praia das Flores, no distrito de São José, no dia 10 de outubro de 1940, Eu,

R-E-X — HOJE — A'S 19,30 HORAS —

Grande festival de arte em benefício dos enfermos indigentes amparados pelas DAMAS DE CARIDADE de nossa capital, salientando os alunos de piano e o CORAL VILA-LOBOS, a cargo dos professores SANTINHA e GAZZI DE SA'.

AMANHÃ NO "REX" — NA VITO — RIOSA "SESSÃO POPULAR" —
Para abafar!

ROMEU E JULIETA

O poema clássico interpretado por Norma Shearer — Leslie Howard

FELIPÉIA

Hoje às 7½ horas — 15h00 - \$800
UNITED ARTISTS apresenta
EDWARD G. ROBINSON
no grande drama
O GIGANTE DE LONDRES COMPLEMENTOS

ALGUMA COISA LOGO A SEGUIR "COM OS BRAÇOS ABERTOS" — CECIL B. DE MILLE. COLOSSAL! COM JOEL MC CREA - BARBARA STANWICK. — A CIDADELA (PARA MATAR SAUDADES) — MARIA ANTONIETTA E (NAO SE ASSUSTEM!) — BALALAIA! ...

DOMINGO — NO FELIPÉIA —

LOUISE RAINER
MELVYN DOUGLAS

MELLE.
FROU-FROU
Um notável filme da METRO GOLDWYN MAYER

HOJE — MATINÉE ÀS 4,15 HORAS NO "REX"

1\$000 geral

DOMANDO — HOLLYWOOD**SABADO NO "REX" — EXTRA !**

2\$000 geral — ½ entrada somente na matinée de domingo

O MAIOR FILME DA SEMANA !

COM OS BRAÇOS ABERTOS

SPENCER TRACY — MICKEY ROONEY

Produtora: (sinal de boa qualidade) METRO GOLDWYN MAYER

JAGUARIBE

HOJE às 7,15 horas. 15h00 - \$800
Grandioso programa duplo

1º — DOMINGO
HOLLYWOOD
2º — A corrida da sorte COMPLEMENTOS

REFRIGERADOR

Vende-se um Refrigerador semi-novo, marca "Frigidaire" por preço módico. A tratar com O. Gomes, na portaria deste jornal.

**PEQUEÑOS ANUNCIOS****PECHINCHA !**

Vende-se um carro Ford "Bala", em ótimo estado, rodagem nova e o motor funcionando perfeitamente. Preço de 15 mil reais. A tratar na rodoviária "Liberdade", ou a av. Presidente Vargas, 106.

VAI A' PRAIA ?

Só para comer peixe? Não faça isto! ... Procure o Hotel do Norte.

VENDE-SE UMA ÓTIMA PROPRIEDADE

Vende-se uma ótima casa com cômodos para moradia e negócios, localizada numa esquina com quatro saídas num só quarto, dividido sete partes, sala, cozinha, terraço, varanda, escadaria, estudo, tudo livre e desembarracado, a tratar na sua Amarão Coutinho, nº 220 nessa capital.

VENDEM-SE

As casas nºs. 251 e 252, citas à Av. 1º de Maio, 2 casas na rua São Vicente, 197, 2 casas na Praia da Glória, 198, 2 casas na Praia da Glória, assim como um negócio com armazém e loja, tudo com ótimo preço.

A tratar na rua da República, 687.

VENDE-SE a casa nº 124 na Praça Aristides Lobo. Tratar na mesma.**ALUGA-SE**

Na rua da Areia, a casa nº 294, a tratar com Cantilani, Rua Maciel Pinheiro nº 124.

CALDO DE CANA A' VENDA

Vende-se um bem arrebatador caldo de cana, sítio àvenida Capitão José Pessoa, nº 73, de frente ao cinema Jaguaribe. O motivo da venda é o proprietário não poder estar a frente do referido caldo.

Propriedade à venda

No quilômetro 15, cercada de arame com boa vivenda, recentemente construída, casa para moradores, possuindo cerca de 2 mil pés de bananas, cana, maçãcheira com grande paul e corrente, tendo 1 quilômetro de fronte por 2 de fundo. A tratar com Paulo Cirne, a rua 13 de Maio nº 799.

Documentos perdidos

Pede-se à pessoas que possuem duas caderetas, uma de Ministro do Estado, e outra de Saúde e 2 cartas perdidas, entre, a moltas, na praça Presidente Americo, o obsequio de entregarem a rua Maciel Pinheiro, nº 288, abrindo-lhe o nome que será bem gratificante.

ECA

Recemos também cargas com baldeação para Península, Aracaju, Ilhéus, São Francisco, Itajaí e Campos.

As passagens serão vendidas mediante apresentação de atestado de vacina.

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

METROPOLE

O cine mais arrejado da Capital — Aparelhagem sonora "Philips"

HOJE — A's 7½ — HOJE

Ainda no cartaz o "far-west" que está dominando a cidade

O CAVALEIRO MISTERIOSO

No mesmo programa, a 6ª série de

A Z DRUMMOND

Amanhã — Sessão da Alegría. Preço único \$600. Programa duplo. — Tyrone Power e Lorita Young, em — CAFE METROPOL. No mesmo programa John Howard, em — COCKTAILS E HOMICÍDIOS.

Sábado! — Um filme dedicado aos amores! Uma produção deslumbrante da "Warner"! Kay Francis e George Brent em — DA-ME TEU CORAÇÃO

O "Metrópole" está mudando de fisionomia! Por que? Porque irá exhibir em lançamento extra, no próximo dia 15 o maior filme de todos os tempos! — O MASCARA DE FERRO

Além! — Dia 26! Mais um aniversário do cine que não faz calor! O filme será uma surpresa para os "fins"

LOUFARÇAM

(FÓRMULA FRANCESA)

Efeito rápido em todos os casos manifestos da Sifílis: Reumatismo, feridas, erupção da pele, Panos, Boubas, etc.

A' VENDA EM TODAS AS FARMÁCIAS

LOUFARÇAM curso-me. Sofri por al. 14 anos de uma enorme ferida de fundo sifilitico no pé direito. E depois de haver tomado inúmeros depurativos e injeções sem obter resultado, resolvi usar LOUFARÇAM. E com um vidro apenas desse maravilhoso elixir e as aplicações externas da POMADA LOUREIRO, a ferida sarou rapidamente e hoje me sinto bastante forte. São José da Lage, 16 de Janeiro de 1940. (Alagoas).

LLOYD NACIONAL S. A.

SEDE — RIO DE JANEIRO

PAQUETE "ARARAQUARA" — A 13 do corrente para Recife, Maceió, Baía, Rio, Santos, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

PAQUETE "ARATIMBO" — A 27 para os mesmos portos acima.

CARGUEIRO "ARAGÃO" — A 18 para Recife, Maceió, Baía, Vitória e Rio.

CARGUEIRO "ARATAIA" — A 27 para Recife, Maceió, Baía, Vitória, Rio, Santos, Paranaúba e Antonina.

ARTUR & CIA. — Agentes

PRACA ANTENOR NAVARRO, 39

**REGULADOR LOUREIRO**

O remédio da mulher em todas as idades

REGULADOR LOUREIRO um milagre nos incomodos de senhoras.

A' VENDA EM TODAS AS FARMACIAS

PENSÃO PEDRO AMÉRICO

A pensão PEDRO AMÉRICO deve ser a sua Pensão. V. S. encontrará acomodações por preços módicos para pensões e diariastas. Ótima instalação de refeitório e cozinhas, quartos arregajados para solteiros e casais. Jantares e agradáveis preços de bens estar. V. S. se hospedando nestas penas terá sempre a disposição de doctores, enfermeiros, e verá a segurança com que são guardados seus objetos e a maneira atenciosa com que será tratado. Alimentação farta, sadi e variada.

Pontual e reforçado fornecimento de marmás a domésticos. Refeições exóticas batatinhas.

O PONTO MAIS CENTRAL DA CIDADE — Telefone 1221

PRACA PEDRO AMÉRICO, 108 — JOÃO PESSOA

DR. ALCIDES BALTAR

Ex-interno dos serviços de Cirurgia do Prof. Fonseca Lima (Hospitais Infantil e Santo Antônio) — RECIFE

CIRURGIA GERAL E INFANTIL — DOENÇAS DAS SENHORAS VIAS URINÁRIAS — PARTOS

CONSULTORIO: Duque de Caxias, 442 (Edifício Teresia Cristina) Das 15 às 18 horas, diariamente — Fone 1.700

RESIDENCIAL: — Diogo Velho, 122

Caldeiras e locomóveis à venda

Venham-se à cidade de Campinas para comprar caldeiras com máquinas separadas, com 21 efetivos de força e 1 locomóvel com 12 efetivos de força, alambiques com 40 canadas, máquinas para despoluar arvôr e outras peças.

Trazer à Saboeira "Benoni" rua João Pessoa, 712 — Campinas Grande.

PRAIA PONTA DE MATOS

Casa de verão

Alugamos esta semana uma ótima e confortável com grandes salões e dormitórios, esplêndida residência de verão, preço comodo e a outra menor de aluguel coberta de palla por \$30.000,00 a tratar na Avenida 24 de Maio 128 — João Pessoa.

BUNGALOW

Alugam-se 3 quartos, etc., a avenida Edmundo Pessôa, 869. Preço 12.000,00. Tratar a rua Maciel Pinheiro nº 244.

CALDO DE CANA A' VENDA

Vende-se um bem arrebatador caldo de cana, sítio àvenida Capitão José Pessoa, nº 73, de frente ao cinema Jaguaribe. O motivo da venda é o proprietário não poder estar a frente do referido caldo.

Propriedade à venda

No quilômetro 15, cercada de arame com boa vivenda, recentemente construída, casa para moradores, possuindo cerca de 2 mil pés de bananas, cana, maçãcheira com grande paul e corrente, tendo 1 quilômetro de fronte por 2 de fundo. A tratar com Paulo Cirne, a rua 13 de Maio nº 799.

Documentos perdidos

Pede-se à pessoas que possuem duas caderetas, uma de Ministro do Estado, e outra de Saúde e 2 cartas perdidas, entre, a moltas, na praça Presidente Americo, o obsequio de entregarem a rua Maciel Pinheiro, nº 288, abrindo-lhe o nome que será bem gratificante.

ECA

Recemos também cargas com baldeação para Península, Aracaju, Ilhéus, São Francisco, Itajaí e Campos.

As passagens serão vendidas mediante apresentação de atestado de vacina.

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ

Informações com o agente — P. BANDEIRA DA CRUZ